

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A
APROXIMAÇÃO COM O IRÃ:
INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA OU
ALTERAÇÃO NO EQUILÍBRIO DE PODER NO
ORIENTE MÉDIO?**

**Chinese foreign policy and rapprochement with Iran:
economic interdependence or shifting balance of power
in the Middle East?**

Bruno Hendler¹

INTRODUÇÃO

A ascensão de novas potências em épocas de arrefecimento de uma hegemonia tende a lançar o sistema internacional num longo processo de reorganização de suas bases de poder e riqueza, gerando um reposicionamento de forças entre os emergentes e o poder dominante. Segundo Gilpin (2002, p. 98) com a mudança inevitável na distribuição do poder econômico e militar do núcleo para os países em ascensão, a capacidade da potência hegemônica de sustentar o sistema é reduzida.

A característica principal dos Estados emergentes tem sido, ao longo da história do moderno sistema mundial, aproveitar o momento de arrefecimento do poder e riqueza da hegemonia vigente para criar, gradualmente, sua própria periferia econômica. Por meio de inovações empresariais e alianças com Estados menores, estes países redefinem as principais redes de mercadorias (produção, comércio e finanças) da economia-mundo capitalista, atraindo para si parte considerável da riqueza mundial e estabelecendo novos parâmetros de poder.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: bruno_hendler@hotmail.com

Porém, nenhum emergente atual se aproxima da China quando se trata de escala e eficiência. É possível afirmar que este país, que já possui o segundo maior PIB do mundo, é o único emergente que redefine as redes de mercadorias em escala global e, por consequência, tende a afetar arranjos políticos estabelecidos há décadas pelos Estados Unidos. Seja na América Latina, África, Sudeste Asiático ou Oriente Médio, a inserção econômica da China tem gerado profundas mudanças nas diferentes esferas de governança criadas e mantidas pelos EUA, e suas repercussões merecem atenção especial.

Autores realistas como Robert Pape reconhecem graus de balanceamento de poder em sistemas que tendem à unipolaridade – tal como o atual sistema internacional, no qual há uma esmagadora superioridade norte-americana em termos de *hard power*. Neste ambiente, potências emergentes como a China devem evitar uma confrontação direta ou o uso de recursos militares contra os EUA, sendo preferível um balanceamento *soft*, que consiste na utilização de medidas prioritariamente não militares (BUMBIERIS, 2010, p. 23; PAPE, 2005), como a negação de acesso a território, a diplomacia de obstaculização (*entangling diplomacy*), fortalecimento econômico, formação de blocos econômicos exclusivos e formação de alianças de tipo menos vinculativo, como ententes. Assim, conforme verificado a seguir, estes elementos estão presentes na política da China para o Irã.

Por outro lado, transferência de tecnologia militar para oponentes do poder dominante é vista como ato de balanceamento *hard* (PAPE, 2005). Assim, além da própria modernização do aparato militar chinês (construção de submarinos, sistemas de mísseis balísticos e sistemas de *cyberwar*), o comércio de armas convencionais com o Irã e a antiga cooperação e atual aquiescência em relação ao programa nuclear deste país, demonstram que o balanceamento *hard* da China no Grande Oriente Médio não foi descartado.

Portanto, pretende-se examinar em que medida a aproximação sino-iraniana corrobora a hipótese de balanceamento chinês – *hard* e *soft* – em relação ao poder dos EUA no Grande Oriente Médio. Tem-se como hipótese a intenção chinesa em utilizar o

crecente poder regional do Irã como ferramenta de balanceamento *hard* e *soft* sobre a influência dos EUA nos rumos do Grande Oriente Médio.

CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO CHINESA NO GRANDE ORIENTE MÉDIO

A relação da República Popular da China com o Grande Oriente Médio intensificou-se após a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping, no final dos anos 1970. Com a morte de Mao, a China deixa de lado a tentativa de exportar sua visão ideológica e revolucionária de mundo e adota uma política externa pragmática e voltada para as necessidades de desenvolvimento do país. A partir de meados dos anos 1990, apresenta-se aos Estados da região como um investidor de peso e consumidor ávido de seus recursos energéticos (especialmente petróleo e gás natural), dada a dependência chinesa por recursos energéticos fósseis e o crescente acúmulo de reservas financeiras provenientes do modelo voltado para as exportações.

Neste processo de desenvolvimento econômico da China e reconfiguração das redes globais de mercadorias, a relevância do Oriente Médio como fornecedor de recursos energéticos tende a aumentar, uma vez que a demanda chinesa destes insumos vindos do exterior tende a mudar da dependência relativa para a dependência absoluta (CLARKE, 2010, p. 16). Em 2006, 44% das importações de petróleo do país asiático vieram desta região e estima-se que a demanda chinesa por petróleo em relação à demanda mundial crescerá de 7% em 2003 para 25% em 2030. Em outras palavras, a China busca aquilo que os países do Oriente Médio querem exportar (KEMP, 2010, p. 69), tornando a aproximação mutuamente benéfica e atendendo, do ponto de vista chinês, ao imperativo da segurança energética diante do processo de urbanização e industrialização das áreas costeiras do país.

Ao contrário dos países ocidentais, que possuem um histórico de intervenção militar e têm aliados e oponentes bem definidos, a China apresenta uma abordagem mais pragmática, menos intrusiva e descompromissada com as rivalidades políticas locais (YUFENG, 2007, p. 119). Mais pragmática porque o Estado promove e defende os interesses de empresas chinesas, atuando no âmbito interno através de incentivos

financeiros e serviços de pesquisa, e no âmbito externo por meio da negociação direta com Estados e empresas estrangeiras. Ademais, ao contrário das empresas ocidentais, muitas empresas chinesas envolvidas em contratos com países do Golfo Pérsico são estatais e conseguem criar laços de mais longo prazo sem precisar responder às necessidades de lucro imediato de investidores privados (KEMP, 2010, p. 67). A título de exemplo, o setor petrolífero chinês é monopolizado por apenas três companhias: China National Petroleum Corporation (CNPC), China Petroleum & Chemical Corporation Limited (Sinopec), e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), todas com participação direta do governo (CLARKE, 2010, p. 13).

A abordagem chinesa do “*offend-no-one*” é menos intrusiva do que a ocidental, posto que seus fundos de auxílio econômico e investimento não são condicionados por questões de governança interna e direitos humanos. Enquanto EUA e Europa vinculam investimentos a avanços nos temas de direitos humanos e costumam criticar os regimes ditatoriais na região, a China evita este tipo de crítica e solidariza-se com os países que também sofreram sob a influência dos impérios coloniais ocidentais.

Por fim, a diplomacia chinesa tem sido hábil em não estabelecer alianças fixas ou criar inimigos diretos no Oriente Médio – utilizando o chamado *soft power*. Durante a década de 1990 a China cultivou boas relações com todos os Estados da região, desde aliados próximos aos EUA (Israel e Arábia Saudita) a Estados declaradamente antiamericanos (Irã e Iraque) (GHAFOURI, sem data).

Neste contexto, as relações entre China e Irã podem ser divididas em dois grandes âmbitos. Um essencialmente econômico, que envolve o investimento crescente de capital chinês na exploração de recursos naturais iranianos (principalmente petróleo e gás natural), além de instalação de empresas chinesas no Irã, ligadas a setores como o automobilístico, construção civil e tecnologia da informação. E outro de aproximação estratégica com profundas consequências políticas para a estabilidade do Grande Oriente Médio, ligada ao comércio de armas convencionais e à antiga cooperação (e atual aquiescência) em relação ao programa nuclear iraniano.

RELAÇÕES ECONÔMICAS CHINA-IRÃ

As relações econômicas na esfera civil correspondem à típica dualidade entre país emergente e periferia, em que a China, enquanto emergente, redefine as redes de mercadorias com o Irã, importando produtos primários deste país e exportando produtos e serviços de maior valor agregado. Com o vácuo de comércio e investimentos decorrente do boicote de países ocidentais ao Irã, a China tornou-se em 2009 o maior parceiro comercial deste país, contando com a instalação de mais de 100 empresas e atingindo 21 bilhões de dólares no comércio bilateral (FARRAR-WELLMAN; FRASCO, 2010).

Em 2007, 90% do valor das exportações do Irã para a China deveu-se ao petróleo bruto (KEMP, 2010, p. 75) e em 2009 este país abastecia um terço das importações de gasolina daquele (FARRAR-WELLMAN; FRASCO, 2010). Desta forma, a importância do petróleo na pauta de exportações do Irã, bem como a necessidade de importar gasolina por falta de tecnologia no refino do petróleo, refletem a condição periférica do país, que passa a depender cada vez mais dos vínculos econômicos com a China. Ademais, o boicote ocidental tende a acentuar a condição periférica do Irã e aproximá-lo da China, a qual, numa relação de acentuada interdependência assimétrica, exerce um balanceamento *soft* através de seu poder econômico.

Atividades econômicas no Irã não ligadas ao petróleo também têm recebido grandes investimentos chineses. Em uma conferência conjunta em 2009, os dois países assinaram uma série de acordos que totalizaram 17 bilhões de dólares em cooperação econômica (FARRAR-WELLMAN; FRASCO, sem data). As mais de 100 empresas da China têm operado em setores variados como construção de represas, construção naval, construção civil, exploração de aço, açúcar, papel e projetos específicos como a construção do metrô de Teerã e ampliação da malha ferroviária iraniana. Desta forma, assim como no setor petrolífero, os outros setores da economia iraniana também demonstram sua condição periférica em relação à China.

Portanto, o interesse econômico da China em relação ao Irã é claro e não destoa da relação com outros países de sua “nova periferia”: buscar recursos primários para atender o interesse nacional, que consiste em desenvolvimento econômico e geração de

riqueza para elevar as condições de vida da população e garantir a manutenção do sistema de partido único no país.

RELAÇÕES ESTRATÉGICAS CHINA-IRÃ

Conforme visto, o Irã é apenas uma das peças da nova periferia chinesa. Este tipo de relação, na qual a China agrega valor a *commodities* e presta serviços que envolvem *know-how* técnico, não é exclusivo ao país persa. Mas ao contrário de parcerias essencialmente econômicas com países africanos ou latino-americanos, a aproximação Pequim-Teerã é mais delicada, pois envolve não apenas o comércio de mercadorias e prestação de serviços civis, mas a venda de armas convencionais e uma antiga cooperação com o programa nuclear iraniano, provocando alterações no equilíbrio de poder no Grande Oriente Médio e contrabalaceando a hegemonia norte-americana na região.

Desde a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o comércio de armas da China para o Irã é um dos pilares desta relação bilateral, com especial ênfase à venda de mísseis terra-terra, terra-mar e mísseis balísticos de longo alcance. Este tipo de armamento continuou a ser comercializado ao longo das décadas seguintes apesar das pressões dos EUA, que em 2006 aplicaram sanções contra empresas chinesas envolvidas no ramo. Assim, há uma complementaridade conveniente de ambos os lados: Teerã é o maior mercado das exportações de armamentos da China, que, por sua vez, se tornou o maior fornecedor deste tipo de mercadoria àquele país (KEMP, 2010, p. 77).

Não obstante a venda de armas convencionais (que chegam via Teerã a grupos como o Hezbollah), a relação sino-iraniana atrai a atenção dos EUA por uma razão ainda mais delicada: a cooperação no programa nuclear do país persa. Desde meados da década de 1980, a China tem mantido uma postura dúbia de cooperação e contenção frente a este programa. Em 1985, treinou técnicos nucleares iranianos, ajudou a construir a primeira instalação de pesquisa nuclear e concordou em fornecer reatores nucleares, em conformidade com as normas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (KEMP, 2010, p. 77). Porém, em 1997 sob pressão dos EUA, a China garantiu que não mais auxiliaria o Irã em seu intento, e apesar deste compromisso,

Pequim continua a executar projetos de cooperação nuclear (oficialmente para fins pacíficos), alegando estar de acordo com as normas de não proliferação. Ademais, a Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA) interceptou em 1998 comunicações entre oficiais chineses e iranianos sobre a aquisição de centenas de toneladas de materiais químicos usados para enriquecer urânio (NTI, 2003).

No Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a postura chinesa em relação ao programa nuclear iraniano também é dúbia e se encaixa na “diplomacia de obstaculização” dos interesses dos EUA, caracterizada por Pape (2005). Embora tenha oficialmente reduzido a cooperação com o Irã, a China, assim como a Rússia, tende a atrasar e abrandar o tom das resoluções aprovadas pelo órgão, condenando o uso de métodos coercitivos (sanções), por considerá-los fatores que podem levar ao confronto militar (GARVER, 2001a, p. 82).

Portanto, se os interesses econômicos da China em relação ao Irã são nítidos, os interesses estratégicos não o são. A antiga cooperação e atual aquiescência em relação ao programa nuclear deste país demonstram que por trás do discurso de defesa da soberania iraniana e dos interesses comerciais chineses, pode haver um elemento anti-hegemônico sutil, uma tentativa de balancear a presença norte-americana no Oriente Médio materializada em alianças com Israel e países do Golfo Pérsico, e nas ocupações diretas de dois vizinhos do Irã: Iraque e Afeganistão.

A APROXIMAÇÃO SINO-IRANIANA E O BALANCEAMENTO (*SOFT E HARD*) SOBRE A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NO GRANDE ORIENTE MÉDIO

O que se depreende da postura dúbia da China é que, para garantir seus interesses econômicos e estratégicos, o país tem feito malabarismo diplomático entre os dois polos antagônicos de poder no Grande Oriente Médio: Irã de um lado, e EUA e seus aliados de outro. As mudanças na geopolítica da região após o 11 de setembro tornaram ainda mais difícil este malabarismo.

A Guerra ao Terror alterou o tênue equilíbrio de poder do Grande Oriente Médio. Teerã projetou poder devido a uma série de fatores. Em primeiro lugar, a queda

de dois vizinhos oponentes, Saddam Hussein e o Talebã, e o subsequente fracasso norte-americano na estabilização do Iraque e do Afeganistão. Em segundo, a vitória do Hamas nas eleições da Palestina em 2006. E em terceiro, o ganho de popularidade do Hezbollah após iniciar um conflito com Israel. Cabe ainda ressaltar uma possível aproximação com os países árabes cujos regimes políticos estão sendo transformados pela chamada Primavera Árabe e cujas sociedades carregam forte sentimento antiamericano – principalmente diante dos abusos da administração Bush, com detenções arbitrárias de suspeitos de terrorismo e o uso de técnicas de tortura na prisão de Guantánamo (Human Rights Watch, 2011). De acordo com Bahgat (p. 6):

A continuidade do conflito no Afeganistão e no Iraque e a falta de uma estratégia de saída maximizou o poder do Irã, dando-lhe o fôlego necessário. De fato, há décadas o Irã não se sentia tão forte. Consequentemente, os iranianos estão mais agressivos e assertivos em sua busca por liderança regional. E isso inclui um programa nuclear ambicioso.

Portanto, dois fatores motivaram Teerã a aproximar-se da China: a) fator econômico: o boicote de empresas ocidentais (decorrente do programa nuclear iraniano) abriu espaço para investimentos chineses nos mais variados setores, com ênfase para o setor energético. Diante do cerco do Ocidente, uma potência emergente como a China, com capital e apetite por recursos naturais, parece ser a opção apropriada (LI, 2010); b) fator estratégico: o peso da China nos foros multilaterais (CSNU e AIEA), bem como o *know-how* chinês em armas convencionais e tecnologia atômica, contribuiriam para o objetivo iraniano de desenvolver tecnologia nuclear e tornar-se um contrapeso à influência norte-americana e de seus aliados no Grande Oriente Médio.

Do ponto de vista chinês, a questão torna-se mais complexa. A interdependência econômica com os EUA é vista entre a elite chinesa como benéfica para o desenvolvimento do país desde os tempos de Deng Xiaoping. Não apenas as exportações da China dependem do consumo dos norte-americanos, mas inúmeros outros fatores foram cruciais para a ascensão do país asiático: importação de bens de capital e tecnologia de ponta; atração de capitais dos EUA (e da Europa); e

desenvolvimento de capital humano com intercâmbio de jovens chineses nas universidades dos EUA (DENG; WANG, 2005, p. 205-214).

A partir disso, é possível identificar duas linhas de interpretação para entender a motivação da China em aproximar-se do Irã. A primeira ressalta interesses econômicos, faz parte do discurso oficial chinês e segue o padrão do não alinhamento e do “*offend no one*”; já a segunda versão, mais popular entre os falcões da Casa Branca, não descarta fatores econômicos, mas enfatiza motivações políticas anti-hegemônicas, ou seja, aponta para uma tentativa chinesa de balanceamento da influência norte-americana no Grande Oriente Médio, ampliando suas redes econômicas e abrindo caminho para escolhas alternativas ao alinhamento com os EUA.

Autores da primeira corrente (YUFENG, p. 122) afirmam que, para garantir seus interesses econômicos, Pequim apoia os EUA como principal força de paz e estabilidade na região. Ademais, sugerem que um possível choque com os EUA afetaria não apenas os negócios no Grande Oriente Médio, mas também os objetivos políticos e econômicos chineses a longo prazo. Por esta razão, a China cooperou com os EUA na Guerra ao Terror, persuadindo o Paquistão a alinhar-se a Washington na invasão do Afeganistão, mobilizou o fórum antiterrorismo na pauta da APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation) e promoveu cooperação de inteligência antiterrorismo com os EUA (DENG; WANG, 2005, p. 224).

Ambas as correntes concordam que interesses econômicos são uma motivação importante para a relação bilateral em questão, mas aproximação econômica e finalidades políticas andam juntas no sistema internacional. Assim, de acordo com a segunda corrente, o Irã é visto por Pequim não apenas como um país periférico exportador de *commodities*, mas como uma peça importante no balanceamento de forças com os EUA no Grande Oriente Médio.

Para analistas da segunda corrente como John Garver (2011a, p. 77), a China tem bons motivos para aproximar-se do Irã e apoiar seu programa nuclear, além de ter sido beneficiada com a Guerra ao Terror. Para ele, o apoio chinês a negociações via AIEA seria uma forma de ganhar tempo até que a tecnologia nuclear fosse dominada

pelos iranianos e colocasse em risco o objetivo norte-americano de conter a proliferação de armas desta natureza (NPR). Segundo Garver (2011b),

É tentador concluir que Pequim segue uma estratégia secreta e de longo prazo que visa convencer Washington de que a China é cooperativa em relação ao Irã, enquanto simultaneamente é conivente com um revés norte-americano em termos de um Irã com armas nucleares que diminuirá substancialmente a capacidade dos Estados Unidos de dominar a região do Golfo Pérsico. Assim, o Irã seria grato à China por seu auxílio em conter o esforço norte-americano de negar-lhe armas nucleares, enquanto Washington seria grato à cooperação chinesa em tentar prevenir este resultado.

Por fim, o autor ainda aponta os possíveis benefícios para a China com o fortalecimento do Irã:

a) Um Irã nuclear funcionaria como um pólo de poder que evitaria intervenções dos EUA no Oriente Médio e, por conseguinte, evitaria o acesso privilegiado de empresas ocidentais às maiores reservas de petróleo do mundo. Assim, através de um método *hard* de poder, a China garante a negação de acesso a território aos EUA – uma das características do balanceamento *soft* segundo Pape.

Ademais, a ocupação de outros espaços econômicos gerados pelo boicote ocidental poderia funcionar como um “bloco econômico exclusivo” *de fato*, pois embora não haja uma institucionalização, os benefícios desta proximidade, através de projetos de cooperação, tenderiam a aumentar. A própria participação do Irã na Organização para Cooperação de Xangai, na condição de membro observador, ilustra o balanceamento de poder *soft* exercido pela China ao encabeçar blocos regionais que excluam os EUA.

b) Em um hipotético cenário de guerra entre EUA e China na Ásia Oriental (seja por Coreia ou Taiwan), os norte-americanos tentariam cortar os suprimentos de petróleo para a China, e um Irã “atômico” seria um forte candidato (talvez o único na região) a enfrentar o bloqueio dos EUA e suprir a demanda chinesa. Logo, a relação sino-iraniana poderia transformar-se em uma entente contra os EUA, embora a chance da China ir em socorro do Irã em caso de ataque de Israel ou dos EUA seja muito menor.

c) A postura hostil do Irã acompanhada do desenvolvimento de armas nucleares manteria o esforço militar dos EUA voltado para o Grande Oriente Médio, reduzindo suas operações na região vital da China: Ásia Oriental e Oceano Pacífico. Com isso, a “diplomacia de obstaculização” empregada pela China nas sanções aplicadas ao Irã, através do atraso e abrandamento destas, também se caracteriza como um balanceamento *soft* ao poder duro dos EUA.

Não obstante, o alinhamento de Pequim a Washington diante do imbróglio diplomático de 2010, causado pela proposta turco-brasileira no enriquecimento de urânio para o Irã, demonstra que a China não está disposta a ir tão longe como prevê Garver. Apesar do apoio verbal à iniciativa, a China endossou o novo pacote de sanções a Teerã proposto pelos EUA no CSNU em junho de 2010. Assim, seguindo sua linha de atuação, a China, juntamente com a Rússia, procurou abrandar o peso das sanções, mas na reunião do Conselho votou a favor de sua implementação e isolou Brasil e Turquia.

Portanto, há uma mescla de posturas *soft* e *hard* de balanceamento de poder promovidas pela China em relação aos EUA que visam, em última instância, um rearranjo de poder e riqueza no Grande Oriente Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que a relação Pequim-Teerã ganhou novo dinamismo a partir da abertura da economia chinesa na década de 1980 e da maximização de poder do Irã com o engajamento militar norte-americano no Grande Oriente Médio após o 11 de setembro. Com o acirramento das hostilidades entre Washington e Teerã na última década, a aproximação sino-iraniana tornou-se uma via de benefícios econômicos e estratégicos mútuos.

De um lado, o crescimento econômico chinês insere o Irã em novas redes de mercadorias e suaviza os impactos do boicote de empresas ocidentais ao país. Embora esta inserção mantenha-o na condição de país periférico exportador de *commodities*, a importância da China como mercado consumidor gera um afluxo de riqueza considerável e garante a manutenção do regime político teocrático dos aiatolás. Do ponto de vista da China, o boicote das empresas ocidentais ao Irã facilita a construção

da periferia econômica por “métodos chineses”: não interferência em assuntos internos ou diplomacia do *offend no one*; participação do Estado nas negociações empresariais; e neutralidade em querelas regionais.

Em termos estratégicos, Teerã beneficiou-se da aproximação com Pequim de diversas formas: garantiu um interlocutor de peso no CSNU e na AIEA que, embora tenha cedido a pressões dos EUA e votado a favor de sanções ao programa nuclear iraniano, logrou abrandar e retardar boa parte destas medidas; tem na China um importante fornecedor não ocidental de armamentos convencionais; e adquiriu, por meio de inúmeros projetos de cooperação ao longo das últimas duas décadas, tecnologia e conhecimento técnico necessários para seu programa nuclear (embora sejam desconhecidos o grau de evolução e as intenções pacíficas deste).

Embora muitos não reconheçam os ganhos estratégicos da China em sua aproximação com o Irã e vejam uma parceria estritamente econômica, é lícito afirmar que eles existem. Sendo a China uma potência emergente cujo desenvolvimento está associado à economia dos EUA, um confronto direto entre ambos é improvável e indesejável, mas a reorganização das cadeias de mercadorias tende a alterar arranjos regionais de poder. Desta forma, o apoio de Pequim, ainda que implícito, ao fortalecimento do Irã em termos militares (convencionais e estratégicos), sugere uma postura anti-hegemônica e uma ambição de contrapor-se à influência ocidental no Grande Oriente Médio.

Assim como a proximidade dos EUA com Taiwan não agrada as lideranças chinesas, a relação Pequim-Teerã tampouco agrada os norte-americanos. Ao contrário da Guerra Fria, quando os dois polos de poder negociavam, em grande medida, apenas em termos de segurança e apresentavam pouca interdependência econômica, a atual rivalidade sino-americana é fluída, difícil de ser identificada, posto que a altíssima interdependência econômica entre ambos reduz a eficácia do uso da força e destaca as tentativas de balanceamento *soft*.

Portanto, os impactos geopolíticos das mudanças econômicas tendem a aparecer. Numa perspectiva idealista, estes impactos podem traduzir-se, a longo prazo, em um novo concerto de governança do “G2” em que as arestas seriam aparadas por meio de

instituições e negociações bilaterais. Porém, em se tratando da agenda de segurança internacional e a busca por sobrevivência dos Estados (premissa básica das correntes realistas), a desconfiança tende a prevalecer, de forma que a aproximação (econômica e estratégica) sino-iraniana tende a se tornar crucial para a manutenção ou mudança do arranjo geopolítico do Grande Oriente Médio e para o papel a ser desempenhado pelos EUA neste processo.

REFERÊNCIAS

CLARKE, Ryan. **Chinese energy security: the myth of the PLAN's frontline status**. Disponível em: <www.strategicstudiesinstitute.army.mil>.

DENG, Yong; WANG, Fei-Ling. **China rising: power and motivation in Chinese foreign policy**. Lanham, Maryland, Estados Unidos da América: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

FARRAR-WELLMAN, Ariel; FRASCO, Robert. **China-Iran Foreign Relations**, irantracker.org, 13/07/2010. Acesso em: 16/10/2011.

GARVER, John W. **Is China Playing a Dual Game in Iran?** The Washington Quarterly, 2011a.

_____. **China's Iran Policies**. Testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission on "China's Current and Emerging Foreign Policy Priorities". Sam Nunn School of International Affairs Georgia Institute of Technology, 2011b.

GHAFOURI, Mahmoud. **China's Policy in the Persian Gulf**. Middle East Policy Council. Acesso em: 16/10/2011

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Ten years after september eleven**. Disponível em: <<http://www.hrw.org>>. Acesso em: 08/09/2011.

KEMP, Geoffrey. **The East Moves West: India, China, and Asia's Growing Presence in the Middle East.** Washington D.C: Brookings Institution Press, 2010.

LI, Justin. **Chinese investment in Iran: One step forward and two steps backward.** Disponível em: <www.eastasiaforum.org>. Acesso em: 15/11/2011.

NPR – **Nuclear Posture Review.** Department of Defense of United States of America. 2010. Disponível em: <<http://www.defense.gov/npr/>>.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE (NTI). **China's Nuclear Exports and Assistance to Iran.** Disponível em: <www.nti.org>. Acesso em: 14/10/2011.

PAPE, Robert. **Soft Balancing against the United States.** International Security, Vol 30, No 1, 2005.

YUFENG, Mao. **China's Interests and Strategy in the Middle East and the Arab World.** In China and the developing world: Beijing's strategy for the twenty-first century. Nova York: M.E. Sharpe, 2007.

Artigo recebido dia 20 de junho de 2012. Aprovado em 10 de agosto de 2012.

RESUMO

Examina-se a política externa chinesa para o Irã e, a partir do conceito de balanceamento de poder segundo Robert Pape, tem-se como hipótese a intenção chinesa em utilizar a crescente influência regional iraniana como ferramenta de balanceamento *hard e soft* sobre os interesses norte-americanos no Grande Oriente Médio.

PALAVRAS-CHAVE

Relações sino-iranianas, balanceamento de poder, política externa chinesa.

ABSTRACT

The article examines the Chinese foreign policy for Iran. Its hypothesis is based on China's intention to use the growing Iranian regional influence as a tool for hard and soft balancing on US interests in the Middle East, accordingly to Robert Pape's concept of balance of power.

KEYWORDS

Sino-iranian relations, power balancing, Chinese foreign policy.